

## PROCESSO: 15.978/2025

Trata-se de recurso apresentada pela empresa **METAL SERVICE EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA**, conforme petição anexada no evento #1, que recorre da decisão da Pregoeira que a inabilitou Pregão Eletrônico n. 13/2025, cujo objeto é a contratação de empresa para fabricação e instalação de abrigos de ônibus, tendo sido classificada em primeiro lugar.

Alega, em síntese, que a Pregoeira anunciou a sua inabilitação por descumprimento do item 7 do Termo de Referência e do item 9.12.1.1 do edital, que se refere a registro da empresa e do profissional responsável – RT, junto ao CREA ou CAU.

Alega que a Pregoeira inabilitou a recorrente por "contrato expirado", que seria irregular, mas que a certidão técnica de Pessoa Jurídica nº CI-3659584/2025, emitida em 23/06/2025 pelo CREA-SP, comprova o registro ativo da empresa (nº 2571442) e o vínculo do responsável técnico Bruno de Oliveira Ribeiro (CREA-SP nº 5069455100) desde 23/10/2024, válida até alterações cadastrais no conselho, conforme consta no documento.

Que, “De acordo com a Resolução **CONFEA nº 1.025/2009**, a certidão emitida pelo conselho é o documento oficial de comprovação de vínculo técnico, prevalecendo sobre o contrato particular, desde que não haja baixa formal” e que “os atestados e CAT reforçam a capacidade técnica, atendendo ao item 7 do Termo de Referência e item 9.12.1.1 do edital”

Insurge-se com a falta de diligência e motivação e que “o edital (página 5, item 5.1.3) limita prazos para regularização fiscal de ME/EPP, mas o item 7.25 (página 7) permite 2 horas para diligência em propostas, aplicado a JEFFERSON em 12/11/2025 para certidão fazendária”.

Que “o TCU, em diversos precedentes, anula atos administrativos por desigualdades em prazos e diligências, determinando o retorno do certame à fase de habilitação quando constatada irregularidade na desclassificação de licitante por ausência de documentos necessários mediante diligência para correção (o de falhas formais (Acórdão 1.211/2021-TCU-Plenário), além de firmar o entendimento de que tal ausência constitui ilegalidade no procedimento licitatório (Acórdão 966/2022-TCU-Plenário)”.

Pede o recebimento e provimento do recurso.

Alega violação ao princípio da isonomia.

No evento #2, consta resposta do Secretário Municipal de Obras, que, em síntese, que a empresa apenas cumpriu o item 9.12.1.1 do edital, que determina a apresentação de registro da empresa junto ao CREA ou CAO e certidão de registro profissional responsável da empresa, junto aos mencionados conselhos, e que a certidão de responsabilidade técnica jurídica apresentada pela empresa não comprova a regularidade da mesma, pois este documento apenas demonstra que existe um profissional responsável técnico vinculado à empresa, por meio de ART, **mas não comprova quitação de anuidades, situação cadastral da ativa da empresa, ausência de pendência junto ao CREA e validade do registro da pessoa jurídica.**

Que a empresa apresentou apenas “certidão de Responsabilidade Técnica da Pessoa Jurídica”, que “não cumpre o requisito, tratando-se de documento de natureza distinta, que não possui força jurídica para substituir certidões de regularidade”.

Por fim, assevera o Secretário que “cumpre, por oportuno, esclarecer que a inabilitação da empresa METAL SERVICE EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO LTDA por esta Secretaria decorreu da análise técnica realizada na fase própria de habilitação, em estrita observância aos critérios



estabelecidos no instrumento convocação tório. A decisão fundamentou-se no não atendimento integral ao item 9.12.1.1 do edital, notadamente pela não apresentação das certidões obrigatórias referentes ao registro da pessoa jurídica e do profissional responsável perante o Conselho de Classe”.

Pugna pela manutenção da decisão.

#### **DA ANÁLISE JURÍDICA:**

O recurso é tempestivo, nos termos do art. 165, I, c da lei 14.133/21, pois interposto dentro do prazo de 3 dias da decisão de inabilitação pela Pregoeira.

Dispõe o edital:

#### **7. HABILITAÇÃO**

***Na fase de habilitação, deverão ser apresentados, os documentos de comprovação técnica, conforme segue:***

- a. Certidões de registro da empresa (pessoa jurídica) emitidas pelo respectivo Conselho de Classe (CREA ou CAU), válidas na data prevista para entrega dos envelopes, bem como a certidão de registro do profissional responsável (pessoa física), também válida e devidamente registrada no CREA ou CAU;***
- b. A não apresentação, ou a apresentação de forma incompleta ou irregular, dos documentos exigidos poderá ensejar a inabilitação da licitante.***

O edital é claro e objetivo em apenas exigir ***registro da empresa (pessoa jurídica) emitidas pelo respectivo Conselho de Classe (CREA ou CAU), válidas na data prevista para entrega dos envelopes, bem como a certidão de registro do profissional responsável (pessoa física), também válida e devidamente registrada no CREA ou CAU.***

Exigir outros documentos além daqueles previstos, como comprovantes de anuidades quitada junto ao conselho, situação cadastral da atividade da empresa, ausência de pendências junto ao CREA é ultrapassar as exigências editalícias.

A empresa alega que “de acordo com a Resolução **CONFEA nº 1.025/2009**, a certidão emitida pelo conselho é o documento oficial de comprovação de vínculo técnico, prevalecendo sobre o contrato particular, desde que não haja baixa formal” e que “os atestados e CAT reforçam a capacidade técnica, atendendo ao item 7 do Termo de Referência”.

**Do edital:**

- 9.12.1.** Conforme item 7 do termo de referência, para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos comprobatórios:
  - 9.12.1.1.** Certidões de registro da empresa (pessoa jurídica) emitidas pelo respectivo Conselho de Classe (CREA ou CAU), válidas na data prevista para entrega dos envelopes, bem como a certidão de registro do profissional responsável (pessoa física), também válida e devidamente registrada no CREA ou CAU;
- 9.12.2.** A não apresentação, ou a apresentação de forma incompleta ou irregular, dos documentos exigidos poderá ensejar a inabilitação da licitante.



### Da Decisão da Pregoeira:

10/11/2025 15:02:07	Informo que a empresa THIAGO SANTINELLI –ME encontra-se INABILITADA, em razão do descumprimento de cláusulas editalícias, conforme informado a seguir.
10/11/2025 15:02:25	Ausência do item 9.12.1.1 - Certidões de registro da empresa (pessoa jurídica) emitidas pelo respectivo Conselho de Classe (CREA ou CAU), válidas na data prevista para entrega dos envelopes, bem como a certidão de registro do profissional responsável (pessoa física), também válida e devidamente registrada no CREA ou CAU;
10/11/2025 15:02:43	Faço constar que a licitante foi inabilitada pelo Setor Técnico demandante (parecer em anexo), por não cumprir o item 7 do Termo de Referência e conforme consta em cláusula editalícia, item 9.12.2, que diz: "a não apresentação, ou a apresentação de forma incompleta ou irregular, dos documentos exigidos poderá ensejar a inabilitação da licitante".
12/11/2025 11:03:03	AVISOS REFERENTE A EMPRESA THIAGO SANTINELLI –ME (em complementação as informações do no chat realizado em 10/11/2025).
12/11/2025 11:03:11	Informo que, em complementação às informações prestadas da empresa THIAGO SANTINELLI – ME, no chat realizado em 10/11/2025, às 15:02:07, 15:02:25 e 15:02:43, o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS celebrado entre a referida empresa e o Sr. BRUNO DE OLIVEIRA RIBEIRO possui prazo de validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 15 de outubro de 2024.
12/11/2025 11:03:59	Dessa forma, o referido CONTRATO ENCONTRA-SE EXPIRADO, não havendo, portanto, vínculo técnico vigente entre o profissional e a empresa. Em razão disso, a empresa THIAGO SANTINELLI – ME continua inabilitada, por descumprimento das exigências editalícias quanto à comprovação de responsável técnico devidamente vinculado.
12/11/2025 11:04:05	Informo, ainda, quanto à reclamação apresentada pela empresa, por meio do chat, alegando que "toda a documentação foi devidamente apresentada" e solicitando que fosse "olhado com atenção" o contrato de
	prestação de serviços (conforme informação anterior), que esta Pregoeira, juntamente com o Setor Demandante, procedeu à verificação minuciosa dos documentos apresentados.
12/11/2025 11:04:11	Entretanto, não foi localizado o atendimento ao item 9.12.1.1 do edital, que exige a apresentação das certidões de registro da empresa (pessoa jurídica) e da certidão de registro do profissional responsável.
12/11/2025 11:04:20	Diante disso, permanece a empresa inabilitada, em razão do não cumprimento das exigências editalícias.
12/11/2025 11:04:27	FIM DOS AVISOS REFERENTE A EMPRESA THIAGO SANTINELLI –ME.

A alegação de que a Pregoeira não observou os documentos apresentados em face do exigido no edital não prospera, pois a mesma está adstrita ao princípio da vinculação ao edital, tendo a mesma observado as exigências editalícias.

Dispõe a Lei 14.133/21:

**Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).**



**Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:**

**I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;**

**II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;**

O Tribunal de Contas da União, em seu manual Licitações e Contratos, disponível no link <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/5-5-2-habilitacao-tecnica/>, leciona que:

*Os critérios de habilitação técnica, previstos no art. 67 da Lei 14.133/2021, prestam-se a comprovar que o licitante possui a qualificação técnica necessária para bem executar o objeto da contratação. Referem-se, portanto, a características inerentes ao licitante, não se confundindo com os critérios técnicos de aceitabilidade da sua proposta, relacionados ao objeto da contratação.*

**A documentação para habilitação técnica deve comprovar, a depender do tipo de objeto a ser contratado, a qualificação técnico-profissional e a técnico-operacional cumulativamente[1].**

*A qualificação técnico-profissional trata da vinculação ao licitante de profissionais com conhecimento técnico e experiência necessários à execução do objeto do certame. O licitante deve indicar profissional (registrado no conselho profissional competente, quando for o caso) detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, que será o responsável técnico caso o licitante seja contratado[2].*

**[3].**

Dessa forma, a Pregoeira observou estritamente as regras constantes do edital quanto à habilitação técnico-profissional e operacional da empresa, não havendo se falar em ato ilegal praticado.

**Diante do exposto, no mérito, opino pelo indeferimento do recurso.**

Em 11 de dezembro de 2025.

**VICTOR HUGO LAGRECA CASAMASSO**  
**Advogado do Município**  
**OAB/RJ 88801 – Mat. 1481**





**MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO**

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

3ECAD7ED0F024498895F304C438B27FE

**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/3ECAD7ED0F024498895F304C438B27FE>